Curso sobre

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

"Loteamentos, condomínios, chácaras de recreio, terrenos públicos ou particulares ocupados ilegalmente"

FORMATO DO CURSO:

A DISTÂNCIA

DEZ HORAS DE VIDEOAULAS PRÉ-GRAVADAS PARA ASSISTIR QUANTAS VEZES QUISER.

CONTEÚDO DIDÁTICO:

- 12 VIDEOAULAS PRÉ-GRAVADAS, SEPARADAS POR TEMAS, PARA ASSISTIR QUANDO, ONDE E QUANTAS VEZES QUISER.
- 12 RESUMOS DAS AULAS (EM PDF).
- 265 PERGUNTAS E RESPOSTAS SELECIONADAS (EM PDF).
- APOSTILA DO CURSO (EM PDF).
- PERGUNTAS LIVRES, POR E-MAIL, AO PROFESSOR.
- PROVA ONLINE DO ALUNO COM DEZ QUESTÕES DE ALTERNATIVAS.
- SITE EXCLUSIVO DO CURSO: www.regularizacaourbana.com.br.
- CARGA HORÁRIA TOTAL DE 50 HORAS.

O MELHOR E MAIS VENDIDO CURSO DO PAÍS

Curso com o autor do livro "Tratado de Regularização Fundiária Urbana", publicado pela conceituada Editora Forum

UNIDIP

Universidade de Direito Público

AV. PAULISTA, Nº 726, CONJUNTO 1707, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP

INSCRIÇÕES: www.unidip.com.br

ABRA O FOLDER

Curso sobre

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

PROFESSOR
JAMILSON LISBOA SABINO: o maior especialista do Brasil em regularização fundiária. Mestre e Doutor em Direito do Estado. Pós-graduado em Meio Ambiente, em Direito Administrativo e em Licitações Públicas e Contratos Administrativos. Foi Procurador Municipal. É Professor e Coordenador Científico da Universidade de Direito Público – UNIDIP. É autor, dentre outros, dos livros "Tratado de Regularização Fundiária Urbana" e "Lei de Parcelamento do Solo Comentada".

PROGRAMA

1. A Prefeitura tem a obrigação de regularizar loteamentos, desmembramentos e condomínios clandestinos ou irregulares? Quem está legitimado a requerer a regularização fundiária? É obrigatória a instauração da regularização fundiária e em qual prazo? Precisa de lei municipal regulamentando?

2. O que é possível ser regularizado pela Lei nº 13.465/17?

3. O que são núcleos urbanos informais consolidados?

4. Qual a classificação das modalidades de regularização? O que é Reurb-S (interesse social) e Reurb-E (interesse específico)? É obrigatória essa classificação? Qual o momento de ser realizada?

5. Existe um procedimento administrativo previsto em lei para a regularização fundiária? Quais são as etapas desse procedimento?

6. Qual o procedimento de notificação na regularização de núcleos consolidados? E havendo impugnação de um dos notificados, pode ser instaurado procedimento extrajudicial de composição de conflitos? A quem compete?

7. É obrigatório, no processo de regularização, a elaboração de um projeto de regularização fundiária e de um projeto urbanístico de regularização? Qual o conteúdo desses projetos?

8. De quem é a responsabilidade pela execução das obras de infraestrutura essencial dos núcleos consolidados? O que compõe a infraestrutura essencial e qual o momento de execução?

9. O licenciamento ambiental também é obrigatório na regularização fundiária? A quem compete a análise da situação ambiental?

10. Deve ser adotado o mesmo procedimento de regularização fundiária para as glebas parceladas antes de 19 de dezembro de 1.979 ou existe um procedimento mais simples?

11. Na regularização fundiária é necessário cumprir a Lei nº 6.766/79?

12. As áreas públicas ocupadas por núcleos urbanos consolidados precisam ser desafetadas, obter autorização legislativa e cumprir a Lei de Licitações?

13. É preciso exigir percentual de áreas públicas e área mínima dos lotes na regularização de núcleos consolidados?

14. Podem ser regularizados os terrenos que possuam débitos tributários?

15. Os núcleos urbanos informais consolidados para serem regularizados precisam estar em zona urbana, de expansão urbana ou de urbanização específica?

16. De que forma registrar os lotes em nome dos ocupantes de área de domínio público? O que é concessão de direito real de uso e o que é concessão de uso especial para fins de moradia e seus requisitos? É possível a alienação onerosa ou gratuita de bens públicos ocupados? O que é a legitimação fundiária de área pública?

17. De que forma registrar os lotes em nome dos ocupantes de área de propriedade particular? O que é legitimação de posse, usucapião judicial e extrajudicial? O que é a legitimação fundiária de área particular?

18. É possível a abertura de matrícula dos imóveis que não possuam transcrição ou matrícula ou, possuindo, apresentem precariedade na descrição? Pode ser aberta matrícula de terrenos destinados a utilização pública localizados em parcelamentos não registrados, ou em glebas adquiridas pelo Município por lei ou outro meio legalmente admitido?

19. De que forma proceder a regularização em Áreas de Preservação Permanente – APP, nas Unidades de Conservação (Parques, Florestas, Áreas de Proteção Ambiental - APA) e áreas de mananciais?

20. Os "conjuntos habitacionais" podem ser regularizados pela Lei nº 13.465/17? E de que forma?

21. Após o registro do núcleo consolidado, pode a Administração dispensar ou diminuir os padrões ou posturas municipais das construções?

AS VIDEOAULAS E O MATERIAL DIDÁTICO SERÃO DISPONIBILIZADOS EM

ENSINO A DISTÂNCIA

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO = 50 HORAS:

Videoaulas 10 horas	**Apostila** 10 horas	**E-book** 20 horas
Resumos 1 hora	**Perguntas e Respostas** 7 horas	**Prova** 2 horas

APOSTILA DO CURSO – ROTEIRO DE ESTUDOS

A apresentação das aulas ocorre através de pequenos textos e fluxogramas, que reunidos proporcionam ao estudante um acompanhamento lógico e objetivo de todo o procedimento de regularização fundiária, destacando-se os principais pontos de discussão. A apostila do curso (roteiro de estudos) é disponibilizada em formato digital, arquivo PDF.

E-BOOK

TRATADO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA

A Universidade de Direito Público disponibiliza o e-book "Tratado de Regularização Fundiária Urbana", em formato digital, arquivo PDF. É a maior e mais importante publicação do país sobre o tema. Detalhadamente, o autor comenta sobre toda a Lei nº 13.465/17, abordando os temas comuns e os polêmicos. É um trabalho resultado de cinco anos de estudos sobre regularização fundiária urbana.

?

PERGUNTAS E RESPOSTAS PRONTAS E SELECIONADAS

Foram desenvolvidas pelo professor mais de duzentas perguntas com as respostas. De modo simples e prático, despertam no estudante o desenvolvimento do conhecimento com a apresentação de problemas recorrentes na execução da regularização fundiária urbana

PDF

PERGUNTAS AO PROFESSOR

Durante o curso, podem ser realizadas perguntas para esclarecer algum assunto do conteúdo didático ou de eventuais casos concretos, diretamente ao professor, sem limite para perguntas.

AULAS PRÉ-GRAVADAS

12 videoaulas pré-gravadas, separadas por temas, com 10 horas no total para assistir quando, onde e quantas vezes quiser

PDF

RESUMOS

Cada uma das 12 videoaulas é acompanhada de um resumo escrito em arquivo PDF, que procura de uma forma mais simples e compacta do que a apostila, explicar o conteúdo ao estudante.

PDF

MODELOS

Apresentamos como sugestões modelos de requerimento de instauração da regularização, notificações, decisões, projetos de regularização.

CERTIFICADOS DE PARTICIPAÇÃO

Ao término do curso, comprovada a presença integral do participante durante a exposição, será entregue o certificado de participação, que conta como atividade complementar de ensino, podendo ser usado a título de currículo, plano de carreira ou estágio.

QUEM PODE PARTICIPAR

Engenheiros, Arquitetos, Procuradores, Secretários de Meio Ambiente, de Obras, de Habitação, de Planejamento, Prefeitos, Vereadores, Advogados, Biólogos e demais servidores públicos.

DADOS CADASTRAIS DA UNIDIP

Universidade de Direito Público
Avenida Paulista, nº 1842, Bloco Norte, conjunto 178, Bairro Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01310-923
CNPJ nº 35.883.382/0001-23
Inscrição Estadual: isenta
Inscrição Municipal: 6.488.128-8

DADOS BANCÁRIOS

Banco do Brasil
Agência: 1812-0
Conta-corrente: 57279-9
Universidade de Direito Público
CNPJ: nº 35.883.382/0001-23

INSCRIÇÕES

1. As inscrições podem ser realizadas preferencialmente pelo site www.unidip.com.br
2. Também pode entrar em contato conosco pelos seguintes canais:

Telefone: (11) 2626-1542 (de seg. a sex. -10h às 17h)
Fax: (11) 4082-8345
E-mail: contato@unidip.com.br

VALOR DA INSCRIÇÃO - PAGAMENTO
R$ 1.800,00 (Um Mil e Oitocentos Reais) (01 inscrição)

Para 02 inscrições, **desconto de 10% no valor total**

Para 03 inscrições ou mais, **desconto de 15% no valor total**

FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento pode ser realizado por **depósito ou pix** até um dia antes do curso. Excepcionalmente, se o contratante for "pessoa jurídica de Direito Público", o pagamento poderá ser realizado até cinco dias após a realização do curso, desde que apresente no e-mail contato@unidip.com.br a nota de empenho ou documento equivalente.

NOTA FISCAL

A nota fiscal eletrônica de serviços será entregue no dia do curso ao participante, mas se precisar da nota fiscal antes é só pedir no e-mail: contato@unidip.com.br.

UM SITE EXCLUSIVO DO CURSO: WWW.REGULARIZACAOURBANA.COM.BR

5 MOTIVOS PARA VOCÊ FAZER ESSE CURSO:

1º. A UNIDIP, sucessora da antiga Sociedade Brasileira de Administração Municipal e da Escola Brasileira de Administração Pública, acumula larga "experiência específica" na realização de cursos sobre regularização fundiária urbana há mais de dez anos, mesmo antes da Lei nº 11.977/09 (Programa Minha Casa, Minha Vida).

2º. O material didático do curso, especialmente o "Tratado de Regularização Fundiária Urbana", é diferenciado. Reúne amplos comentários sobre a regularização de imóveis, não existindo qualquer livro ou produção científica ou acadêmica disponível no mercado de tamanha abrangência e fundamentação, seguindo as doutrinas clássicas de José Afonso da Silva, Hely Lopes Meirelles, Diógenes Gasparini e Toshio Mukai.

3º. Você tem acesso a um site exclusivo para assistir as aulas e ter acesso ao material didático digitalizado.

4º. Os nossos professores são mestres e doutores e você tem um plantão de dúvidas, por e-mail, durante três meses, para esclarecer seus questionamentos em quantidade ilimitada;

5º. É "Dever-Poder" do Município realizar a regularização dos núcleos urbanos informais consolidados, desde que respeite as normas sobre a responsabilidade no custeio do projeto e na execução da infraestrutura essencial e dos equipamentos comunitários, informações fornecidas com riqueza de detalhes no nosso curso sobre regularização fundiária urbana.

PARA CONTRATAR ESSE CURSO NO FORMATO DE ENSINO A DISTÂNCIA - EAD, ACESSE:
www.regularizacaourbana.com.br

Universidade de Direito Público

Faculdade Brasileira de Administração Pública – FABAP
Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP
Avenida Paulista, nº 726, 17ª andar, Conjunto 1707D,
Bela Vista, São Paulo, SP, CEP: 01310-910
contato@unidip.com.br
www.unidip.com.br

UNIDIP

Designio Arte.com.br